

Acaba parceria com Instituto Candango

A parceria entre o Instituto Candango de Solidariedade (ICS) com o governo do Distrito Federal está com os dias contados. Ontem, o corregedor-geral do DF, Roberto Giffoni, apresentou três alternativas ao governador José Roberto Arruda (PFL) para liquidar os contratos com a organização social herdados do governo anterior.

Uma das opções seria a abertura do processo administrativo de qualificação como prestador de serviços ao GDF e a suspensão imediata dos contratos por meio de rescisão. Na avaliação de Giffoni, essa é a alternativa mais radical, pois elimina juridicamente os convênios. Outra possibilidade trata da desqualificação e suspensão dos pagamentos.

Um pouco mais branda, a terceira opção levanta a possibilidade de o GDF continuar operando os pagamentos ao ICS. Mas a medida, que também pede abertura de proces-

so administrativo de desqualificação, implicaria na realização de auditoria em todos os pagamentos.

— A Corregedoria faria o levantamento daquilo que efetivamente foi prestado como serviço e como trabalho de pessoal. Se for essa a escolha do governador, disponibilizaremos dois servidores para estudar cada contrato firmado com o ICS — adiantou Giffoni, descartando qualquer possibilidade dos contratos serem renovados.

A maior preocupação de Arruda, segundo Giffoni, diz respeito aos trabalhadores que, de fato, se empenharam na execução de suas atividades e correm o risco de saírem sem receber as indenizações. A responsabilidade pelos custos trabalhistas, nesse caso, é do ICS, que não guardou a taxa de administração dos contratos para esse fim.

— O repasse mensal girava em torno de R\$ 50 milhões, de acordo com os contratos já



Giffoni: repasse mensal ficava em torno de R\$ 50 milhões

analisados. O GDF contrata com o instituto e é ele que faz a contratação de pessoal. A mesma coisa se opera com os contratos de vigilância e limpeza, onde a empresa se responsabiliza pelo pagamento das verbas indenizatórias de seus empregados — explicou o corregedor-geral.

Giffoni preferiu não opinar sobre qual opção seria a melhor para o GDF. Segundo ele, para disponibilizar informações precisas ao governador, a Corregedoria está fazendo a identificação e localização dos trabalhadores do ICS. O governo quer saber onde elas

moram, onde prestavam serviços e se elas ainda permanecem comparecendo ao trabalho. Tudo, de acordo com Giffoni, para que Arruda possa ter a maior quantidade de informação antes de tomar uma medida final.

Vários contratos do GDF com o ICS ainda estão no prazo de validade. Apenas um, realizado com a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), já terminou e não pode ser renovado por decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Os outros encerram entre abril e maio. (E.M.)